

**LEI Nº 1.777/2008, DE 27 DE JUNHO DE 2008.**

Autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com o Município de Cruz Alta/RS, para redistribuição do valor adicionado do ICMS.

**PAULO HENRIQUE BAGGIO**, Prefeito Municipal de Paim Filho, Estado do Rio Grande do Sul,

**FAÇO SABER**, em cumprimento ao disposto na Lei Orgânica Municipal, que o Poder Legislativo Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a celebrar convênio com o Município de Cruz Alta/RS, para distribuição do valor adicionado do ICMS gerado pelas atividades industriais da CCGL, instalada no município de Cruz Alta, nos termos da minuta do Termo de Convênio que integra esta Lei como anexo.

Art. 2º - O convênio terá como finalidade propiciar o rateio da receita do ICMS proveniente do valor adicionado no município de Cruz Alta, decorrente da atividade industrial da CCGL com os municípios convenientes, proporcionalmente à origem do produto primário industrializado.

Art. 3º - O valor adicionado referente à industrialização de produtos na CCGL, em sua unidade industrial situada no município de Cruz Alta, será distribuído entre os municípios convenientes recebendo cada um o percentual correspondente à matéria-prima originária do seu território.

§ 1º - A CCGL manterá controle da matéria-prima adquirida para a industrialização, em separado, por município conveniente fornecedor, o qual servirá para aferição do percentual adicionado a ser atribuído aos convenientes.

§ 2º - Por ocasião do preenchimento das guias informativas para fins de cálculo do valor adicionado do ICMS, a CCGL discriminará o valor correspondente a cada município conveniente na proporção de que trata o caput deste artigo, remetendo relatórios dos valores a todos os municípios convenientes.

Art. 4º - O disposto nesta Lei será inteiramente aplicável por ocasião de construção, instalação e funcionamento de unidade industrial da CCGL, no território do Município de Cruz Alta.

Art. 5º - O convênio entrará em vigor no dia do início do funcionamento da unidade industrial, e terá vigência por 20 (vinte) anos.

Art. 6º - As disposições desta Lei, após a assinatura do convênio, poderá ser alterada somente com a aprovação da totalidade dos convenientes.

Art. 7º - A execução do convênio será acompanhada por Conselho constituído pelos entes conveniados, com atribuições definidas em ata constitutiva.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PAIM FILHO, 27 de Junho de 2008.

Paulo Henrique Baggio,  
Prefeito Municipal.

Registre-se e Publique-se:

Carlos Humberto Dall Prá,  
Secretário da Administração.